



Fotografia e comércio nos espaços públicos: imagens do processo de fixação do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro

Fotografía y comercio en espacios públicos: imágenes del proceso de establecimiento de la venta ambulante en la ciudad de Río de Janeiro.

E4_06 - La fotografía como documento histórico en la construcción de la imagen de la ciudad iberoamericana.

João Antonio Bragança Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

joaobraganca1@gmail.com

Resumo: Desde o início do século XX, a fotografia tem sido um instrumento poderoso para documentar as transformações urbanas, registrando não apenas mudanças morfológicas, mas também dinâmicas sociais e usos dos espaços públicos. No Rio de Janeiro, o comércio ambulante, historicamente associado à mobilidade, passou por um processo de fixação que se intensificou ao longo das décadas. Segundo Everardo Backheuser (1944), os ambulantes eram obrigados a se deslocar constantemente, não podendo permanecer estacionados. No entanto, atualmente, 87% dos comerciantes licenciados operam em pontos fixos, evidenciando uma mudança na regulação e na ocupação do espaço urbano. Este trabalho deriva da dissertação intitulada “Como posseiros, foram se instalando”: o processo de fixação do comércio ambulante no município do Rio de Janeiro (1901-1985), defendida no PPGG da UFRJ. A pesquisa analisou o processo de fixação do comércio ambulante sob três dimensões interligadas: o debate público, a normatização e a morfologia urbana. Para isso, foram utilizados como fontes os acervos hemerográficos dos jornais Jornal do Brasil e O Globo, além da legislação municipal. No presente trabalho, buscou-se explorar fotografias extraídas desses acervos não como meros registros ilustrativos, mas como documentos capazes de sintetizar e tornar legível a trajetória da fixação do comércio ambulante enquanto problema público. À luz das contribuições de Gomes (2017), a imagem é mobilizada

como ferramenta analítica fundamental para o pensamento geográfico, uma vez que permite apreender relações de localização, posição e situação entre os elementos figurados. As imagens não apenas documentam as mudanças, mas também participam ativamente na construção de uma descrição desse uso comercial e de sua regulação na cidade. Ao enfatizar a leitura geográfica das imagens como potencializadora da análise do debate público e da regulação municipal, o estudo contribui para compreender o processo de fixação do comércio ambulante.

Palavras-chave: Fotografia; Comércio ambulante; Espaço público.

Resumen: Desde comienzos del siglo XX, la fotografía ha sido un instrumento poderoso para documentar las transformaciones urbanas, registrando no solo cambios morfológicos, sino también dinámicas sociales y usos de los espacios públicos. En Río de Janeiro, el comercio ambulante, históricamente asociado a la movilidad, pasó por un proceso de fijación que se intensificó a lo largo de las décadas. Según Everardo Backheuser (1944), los vendedores ambulantes estaban obligados a desplazarse constantemente, sin poder permanecer estacionados. Sin embargo, en la actualidad, el 87 % de los comerciantes con licencia operan en puntos fijos, lo que evidencia un cambio en la regulación y en la ocupación del espacio urbano. Este trabajo deriva de la disertación titulada “Como posseiros, foram se instalando”: el proceso de fijación del comercio ambulante en el municipio de Río de Janeiro (1901–1985), defendida en el PPGG de la UFRJ. La investigación analizó este proceso a partir de tres dimensiones interrelacionadas: el debate público, la normativización y la morfología urbana, a partir del análisis de acervos hemerográficos de los diarios *Jornal do Brasil* y *O Globo*, además de la legislación municipal. En el presente artículo, las fotografías son movilizadas no como meros registros ilustrativos, sino como documentos analíticos capaces de sintetizar la trayectoria de la fijación del comercio ambulante como problema público. A la luz de las contribuciones de Gomes (2017), la imagen es comprendida como una herramienta fundamental para el pensamiento geográfico, en la medida en que permite aprehender relaciones de localización, posición y situación entre los elementos figurados. Al enfatizar la lectura geográfica de las imágenes como un recurso metodológico, el estudio contribuye a comprender los vínculos entre regulación, usos del espacio público y el proceso de fijación del comercio ambulante en la ciudad de Río de Janeiro.

Palabras-clave: Fotografía; Comercio ambulante; Espacio público.

Introdução

Mesmo ao olhar mais desatento, ao percorrer as ruas de uma cidade latino americana como o Rio de Janeiro, não escapa a presença do comércio ambulante. Essa atividade tão corrente, tão típica, se expressa, sobretudo, por meio da presença de barracas, pequenas banquinhas onde esses comerciantes atendem a uma clientela passante. Atualmente, o município conta com mais de 15 mil licenças para o exercício da atividade e iniciativas de recenseamento não oficiais apontam para cerca de 35 mil pessoas trabalhando como ambulantes de forma assentada nos logradouros cariocas (Plataforma Dhesca Brasil, 2014). A municipalidade reconhece basicamente dois tipos de comércio ambulante, com e sem ponto fixo (Teixeira, 2021). Entre os licenciados quase 90% atuam em pontos fixos.

O quadro recente da atividade na cidade contrasta com o que foi observado pelo geógrafo Everardo Backheuser (1944). Segundo o autor, no início da década de 1940, o interesse do comerciante ambulante era locomover-se em busca da freguesia. O estacionamento, a atuação em pontos fixos, era vedada pela legislação, à exceção de alguns poucos casos em que se cobrava dos comerciantes pesados impostos. Vigorava uma lógica de imperativo da circulação para o exercício do comércio ambulante. Nesse sentido, havia indícios de que teria ocorrido um processo de fixação da atividade no município e, embora a literatura reconhecesse a expressão fixa do comércio ambulante, faltava uma pesquisa que tivesse buscado investigar especificamente a questão. Com a dissertação de mestrado, Teixeira, 2024, buscou preencher esta lacuna. Na referida pesquisa, da qual o presente trabalho é um desdobramento, buscou-se articular três dimensões - a do debate público, a normativa e uma morfológica - sob um ponto de vista geográfico. A fixação foi analisada enquanto um problema público (Cefaï, 2017) e, tomada como um uso dos espaços públicos e portanto objeto de normatização (Gomes, 2001). Para seguir a trajetória do problema público em questão, utilizou-se como fontes, os acervos hemerográficos do Jornal do Brasil e do O Globo, assim como a produção legislativa municipal. Pela análise sistemática dos documentos, buscou-se compreender a fixação a partir da categoria dos incômodos, tal como proposta por Valverde (2011), desdobramentos da copresença com outros usos urbanos, bem como os equipamentos de trabalho e os locais mobilizados pela atividade.

Na proposta em tela, pretende-se revisitar alguns dos resultados de Teixeira (2024), com especial atenção à potencialidade das imagens como documentos para pensar geograficamente a cidade. Se na dissertação pretendia-se uma articulação de maior fôlego entre as bases hemerográficas e a produção normativa da escala local, aqui, com imagens síntese, pretende-se enfatizar uma reflexão de cunho metodológico, baseada na contribuição de Gomes (2017) para o pensamento geográfico.

Referencial teórico-metodológico e operacionalização

Para o mergulho nas imagens que se pretende fazer, cumpre antes, oferecer ao leitor um pouco do contexto de trabalho e as preocupações mais amplas que animam a pesquisa na qual este artigo se insere. Na sociologia pragmatista de Daniel Cefaï (2017), que dedicou-se à questão da mobilização social, um problema público não se configura como uma experiência individual, mas como uma perturbação que afeta uma coletividade, produzindo incertezas, tensões e conflitos que não se resolvem por simples acomodação. Diante desse distúrbio, diferentes atores — indivíduos, grupos, organizações e instituições — mobilizam-se para interpretá-lo, nomeá-lo e delimitá-lo, atribuindo-lhe causas, responsabilidades e justificativas. Esse processo envolve a formulação de diagnósticos e explicações, constituindo uma investigação dotada de uma dimensão normativa,

na medida em que busca identificar danos, responsabilidades e formas de reparação. Ao mesmo tempo, a problematização implica a construção de soluções e estratégias de intervenção, mobilizando recursos, alianças e disputas em diferentes arenas. Quando essa dinâmica de interpretação, engajamento e publicização extrapola o círculo dos diretamente envolvidos e passa a mobilizar um público mais amplo, a situação adquire a condição de problema público.

Nesse sentido, a legislação municipal aparece como um dos principais espaços institucionais onde os problemas públicos são formalizados e administrados. Embora frequentemente orientada por uma pretensão de generalidade e racionalização, ao buscar definir com clareza o que é legal e ilegal, a normatização urbana esbarra nas complexidades da escala local. Como aponta Valverde (2011), os incômodos (nuisances) que emergem da vida cotidiana exigem soluções situadas, levando o poder público a produzir exceções e ajustes que escapam às regras gerais. A lei municipal, portanto, não opera apenas como um instrumento moderno de ordenamento abstrato, mas como um campo permeado por negociações, particularismos e acomodações práticas.

Ademais, os espaços públicos não se reduzem a um simples suporte físico, mas constituem, segundo Gomes (2013), arenas marcadas pela visibilidade e pela copresença, nas quais se tornam possíveis o encontro, o contato com o diferente e a interação cotidiana entre múltiplos usos e atores. Conforme aponta Gomes (2001; 2013), aquilo que se apresenta nesses espaços assume um compromisso com a possibilidade de ver e ser visto. No caso do comércio ambulante, essa visibilidade, associada à copresença com transeuntes, moradores, outros comerciantes e com agentes do poder público, cria um ambiente particularmente sensível à produção de incômodos, tensões e conflitos. É justamente nesse contexto que determinadas práticas passam a ser problematizadas, alimentando debates públicos e demandando formas de regulação que buscam ordenar, renegociar e reconfigurar os usos dos espaços públicos.

Esse é o campo de preocupações que tem inspirado e orientado, de maneira geral, a leitura dos documentos sobre o comércio ambulante entre os quais os imagéticos. Quanto à análise especificamente das imagens, cumpre mobilizar um referencial específico e ajustado ao olhar geográfico. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Gomes (2017) em sua obra *Quadros Geográficos*. O autor começa por reiterar o compromisso intrínseco entre geo-grafia e imagem. A grafia, muitas vezes traduzida como escrita, pode ser entendida como descrição e esta, por sua vez, como produtora de imagens. Na medida em que estas figurem ou permitam refletir sobre a localização dos fenômenos, pode-se considerá-las como objeto e como o modo próprio de pensar da Geografia. Em outras palavras, se a Geografia é a ciência da lógica da localização, então o ponto de partida para uma análise que se proponha geográfica é a descrição — mais especificamente, aquela que produz uma imagem em que se pode pensar sobre a relação estabelecida entre seus elementos dada pela suas posições relativas. Sendo assim, noções de localização, (com)posição e situação são chave para a interpretação geográfica. No entanto, o autor faz um alerta, sua proposta é que as imagens sejam utilizadas como meio, como ferramentas, para a Geografia e não como adereços, enfeites ou ilustrações. Deve ser evitado o emprego de imagens para proceder demonstrações. Pelo contrário, são o ponto de partida para a explicação.

Para a discussão que segue, considera-se um universo de 270 matérias jornalísticas publicadas no *Jornal do Brasil* e *O Globo* entre os anos de 1900 e 1985 que foram tabuladas e analisadas em, Teixeira (2024). Desse conjunto, identificou-se 45 imagens do comércio ambulante. Para o presente estudo destacam-se duas, uma do início do recorte temporal e outra do final com vistas a estabelecer um contraste entre antes e depois do processo de fixação do comércio ambulante nos logradouros cariocas.

A proposta do presente trabalho é discutir alguns dos resultados da dissertação a partir de fotografias que sintetizam momentos da trajetória da fixação do comércio ambulante no Rio de Janeiro. Cumpre aqui, perceber a potencialidade da imagem enquanto um documento que descreve e encapsula um problema público em sua dimensão material, concreta, na cidade. Com essa finalidade, de princípio, deve-se considerar que a discussão foi sistematizada em seis grandes períodos, conforme o esquema abaixo (Figura 1), em uma linha do tempo, dois dos quais serão contemplados a seguir.

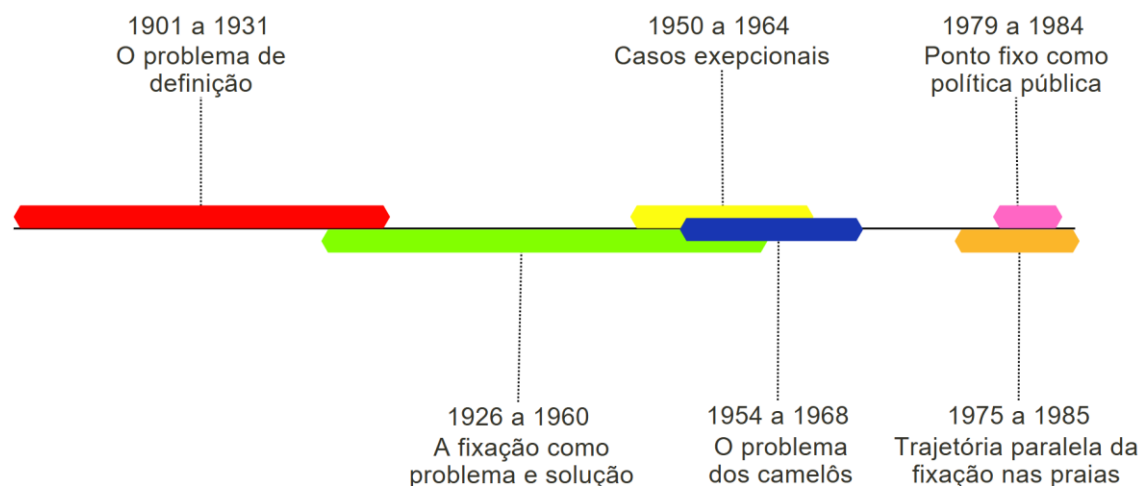


Figura 01: A trajetória de um problema público. Fonte: do autor, agosto de 2024.

Se, como defende Gomes (2017), a imagem em Geografia não deve servir como mera ilustração, mas como ferramenta para pensar, cumpre, antes de tudo, observá-las com atenção. Nesse sentido, a discussão das subseções abaixo será iniciada pela apresentação da descrição, da imagem. Só então, na sequência, serão desdobrados aspectos por elas evocados.

Resultados

Comércio ambulante em sentido forte e o problema da definição



Figura 02: Comerciante ambulante de verduras e hortaliças, de balança ao ombro. Fonte: Jornal do Brasil, maio de 1906.

A imagem apresenta um comerciante ambulante no exercício de sua atividade no ano de 1906. Sem que se acrescente mais informações sobre o contexto, que observações podem ser feitas sobre uma atividade que, naquele momento, poderia ser sintetizada por essa imagem? Se a forma atende à função, só de olhar para esse equipamento de trabalho — típico do comércio ambulante carioca do final do século XIX e início do XX — pode-se imaginar que o comerciante não passava o dia de trabalho de pé, num único ponto, com peso sobre os ombros. Embora essa balança com cestos permita apoiar a mercadoria sobre o chão, sua estrutura sugere e favorece o deslocamento, a itinerância. Um comerciante ambulante, com isso, podia levar mercadorias de um ponto a outro por longas distâncias. Podia conectar por exemplo o local onde se abastecia de mercadorias à sua clientela.

Conforme observou Acerbi (2017) e se confirmou em Teixeira (2024), o comércio ambulante era o principal meio de abastecimento da população carioca no final do século XIX e início do século XX. Apesar de extensa, era possível atravessar e deslocar-se, à pé, por quase toda a malha urbana partindo do centro da cidade, onde se concentravam mercados, armazéns e comércios, a oferta de bens de consumo cotidianos, às áreas mais residenciais.

Se, por um lado, se a imagem evidencia que este comércio se distinguia de um estabelecimento comercial tradicional, locado em um endereço qualquer, por outro, a distinção entre o comerciante ambulante e um entregador já não é tão clara. Em outras palavras, como distinguir aquele que trabalhava por conta própria, comprando e revendendo mercadorias de um fornecedor, daquele que era empregado do setor lojista. Está é, não por acaso, a principal questão do debate público acerca do comércio ambulante carioca até 1931 (Teixeira, 2024). Debatia-se nos jornais e produzia-se legislação para dar conta de diferenciar e definir o comércio ambulante. Desse

movimento resulta a consolidação da categoria como tipo legal, comércio ambulante, e, para ele, um conjunto de regras, entre as quais Backheuser identificaria, em 1944, o já citado imperativo da circulação. O fato é que a imagem destacada encapsula o principal aspecto desse primeiro momento: tratava-se de uma modalidade de comércio que se exercia de maneira itinerante, ambulante em sentido forte.

Ponto fixo como norma: normalizado e normatizado



Figura 03: Comércio ambulante com barracas no subcentro de Madureira. Fonte: O Globo, maio de 1983.

A imagem apresenta a Avenida Edgard Romero, no bairro de Madureira (já, à época, o principal subcentro comercial do subúrbio carioca) no ano de 1983. Essa composição, mais complexa do que anterior, estabelece, pela posição, relações entre os elementos figurados. Para além do comerciante e seu equipamento, apresenta o espaço público (locus da atividade), a clientela e a concorrência. Mais do que isso, permite refletir sobre as relações espacialmente estabelecidas. Cumpre, portanto, analisar esse jogo de posições. Destarte, é possível perceber, pela fotografia, que o logradouro estava cheio de pessoas que se dispõem em duas principais áreas. A mais à esquerda da imagem aparenta ser de passagem. Indo ou vindo, há ali passantes, em movimento e orientados por um corredor. Mais ao centro vê-se as barracas dos comerciantes ambulantes. Em contraste com a imagem do ambulante do começo do século, é notável o aumento do tamanho do equipamento de trabalho. Os comerciantes ambulantes, propriamente, quase não aparecem. A legenda colocada pelo jornal O Globo na sua imagem reforça esse ponto: “barracas disputam fregueses com as lojas”. Dá agência a essa forma. As barracas, como equipamento de trabalho dos ambulantes, detém ainda alguma mobilidade, podem ser montadas e desmontadas diariamente, mas não atenderiam a um comércio itinerante. Essa forma já não permite a função de ir de encontro à freguesia. Além disso, ao fundo da fotografia, como que escondidas, é possível identificar as lojas por seus letreiros. Há na imagem fixos e móveis. O setor lojista (omitido no momento anterior) segue fixo, mas se antes o ambulante (em sentido forte) ia à freguesia, agora

esta vai até o ambulante — se não pela sua capacidade própria de atração de fluxos, pelo menos por se colocar em locais, pontos, que gozam desse atributo.

A lógica que rege o mercado imobiliário é conhecida: endereços de maior acessibilidade e centralidade são mais valorizados. Lojistas que queiram se beneficiar dessas vantagens locacionais precisam pagar por isso, comprar ou alugar imóveis nesses locais. Essa dinâmica é mesmo anterior ao século XX. O contraste entre os dois cenários apresentados coloca a questão: o que levou os ambulantes a buscarem se instalar nesses locais? Ou, que força teria levado os ambulantes a abrirem mão das possibilidades colocadas pelo deslocamento ativo até clientela em favor de aguardar passivamente por esta num determinado local? Se antes o comércio ambulante (bem como os entregadores) representavam quase que uma extensão do setor lojista em direção a áreas menos servidas da cidade, agora, pelo novo arranjo espacial entre ambulantes e lojistas, se coloca o problema da copresença e, com ele, o da concorrência.

A imagem permite essa reflexão espacial e questionamentos sofisticados. Para mais, é preciso recorrer ao contexto e à articulação de outras fontes como se fez em Teixeira, 2024. Nessa análise, observou-se como a grande explosão demográfica sediada pela cidade levou a um rápido crescimento da malha urbana que, por sua vez, limitou a capacidade do centro da cidade em atender as demandas da crescente população. Se já não era mais possível recorrer sempre ao Centro para sanar as necessidades imediatas do cotidiano, então a própria centralidade difundiu-se rumos às periferias. Esse processo, sobretudo a partir dos anos 1960, levou à consolidação de subcentros espalhados pelo Rio de Janeiro, dentre os quais pode-se citar Madureira, Méier, Copacabana e Tijuca. Conforme a centralidade se aproxima das zonas residenciais, as necessidades mais imediatas da população passam cada vez mais a ser atendidas nas proximidades do domicílio. A função de atravessador, de extensor que era desempenhada pelos ambulantes vai perdendo a razão de ser. Por outro lado, se agora a clientela vai a pequenos centros buscar o que precisa amplia-se a oportunidade de esperar por ela neles. Assim, junto com o Centro da cidade (que permanece muito relevante) os subcentros se consolidam como os principais palcos da trajetória do comércio ambulante e de sua fixação enquanto um problema público na cidade do Rio de Janeiro.

É interessante destacar como essa nova relação com espaço, de um comércio ambulante em pontos fixos, força o debate (por meio dos diversos agentes) e o poder público a aceitar a atividade como um dado da realidade, buscar definir, delimitar e buscar soluções para o problema que, em muitos casos, passam pela atribuição de pontos fixos aos comerciantes ambulantes, conforme descrito em Teixeira (2024). Enquanto um problema público, observou-se que a busca de soluções não se limitou à repressão. Tampouco a análise dos documentos retrata um comércio ambulante passivo e vitimizado, mas partícipe e mobilizado politicamente nos e pelos espaços públicos.

Considerações finais

O presente artigo buscou revisitar o processo de fixação do comércio ambulante no município do Rio de Janeiro a partir da análise de imagens extraídas dos acervos hemerográficos, tomando a fotografia não apenas como registro ilustrativo, mas como documento histórico e geográfico capaz de condensar e tornar legível a trajetória de um problema público em sua dimensão espacial. Ao contrastar uma imagem do início do século XX com uma da década de 1980, foi possível evidenciar transformações profundas na forma de exercício da atividade, que passou de um comércio essencialmente itinerante para uma prática assentada em pontos fixos nos espaços públicos da cidade.

A análise das imagens, articulada ao debate público e à normatização municipal, permitiu observar como a fixação do comércio ambulante se construiu de maneira gradual, conflitiva e negociada, envolvendo diferentes atores e interesses. Longe de resultar exclusivamente de uma imposição normativa ou de uma lógica espontânea do mercado, esse processo revelou-se inseparável das transformações da morfologia urbana, da difusão das centralidades e da intensificação da copresença entre ambulantes, lojistas, bem como de outros atores no terreno. Nesse contexto, os pontos fixos emergem simultaneamente como solução administrativa e como novo foco de tensões, reorganizando a paisagem urbana e redefinindo os termos da concorrência e do uso dos espaços públicos.

Ao mobilizar as contribuições de Cefaï (2017), Gomes (2001; 2013; 2017) e Valverde (2011), o trabalho reforça a compreensão da fixação do comércio ambulante como um problema público cuja gestão não se esgota na repressão ou na aplicação abstrata da lei, mas se estrutura a partir de arranjos situados, exceções e acomodações práticas características da escala local. As imagens analisadas tornam visível essa dinâmica.

Por fim, ao enfatizar a fotografia como ferramenta para pensar geograficamente a cidade, este estudo aponta para a potência metodológica das imagens na análise dos usos dos espaços públicos e de seus conflitos. Mais do que ilustrar transformações já conhecidas, as fotografias permitem formular questões, revelar relações espaciais e apreender, de forma sintética, processos históricos complexos. Nesse sentido, a abordagem aqui adotada contribui não apenas para a compreensão do comércio ambulante no Rio de Janeiro, mas também para o debate mais amplo sobre a produção, regulação e negociação dos espaços públicos nas cidades latino-americanas.

Referências

ACERBI, Patricia. **Street occupations: urban vending in Rio de Janeiro, 1850/1925**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 2017.

CADA semana, o Rio ganha mil novos vendedores ambulantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVIII, Primeiro Caderno, p. 38, 22 mai. 1983. Disponível em: <https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1983/05/22/01-primeiro_caderno/ge220583038ECO1-0007_g.jpg>. Acesso em: 31 jul 2024.

CEFAÏ, D. **Público, problemas públicos, arenas públicas**. Parte 1: O que nos ensina o pragmatismo. Novos Estudos. CEBRAP, vol. 36.01, p. 187-213. São Paulo: março, 2017.

BACKHEUSER, E. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 6, 1, p. 3-29, jan/mar. 1944.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Lugar do Olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Quadros Geográficos**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2017.

OS QUITANDEIROS. A horta ambulante. Notas e impressões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 130, p. 1, 10 mai. 1906. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/Doc>>



[Reader/DocReader.aspx?bib=030015_02&Pesq=%22com%c3%a9rcio%20ambulante%22&pagfis=19541](#)
>. Acesso em: 31 jul 2024.

Plataforma Dhesca Brasil. **Dossiê dos Camelôs do Rio de Janeiro**. Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Setembro de 2014. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1143>. Acesso em: 15 jan. 2026.

TEIXEIRA, J. A. B. **Espaço e Normatização do Comércio Ambulante no Município do Rio de Janeiro (1975 a 2020)**. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

_____. **“Como posseiros, foram se instalando”: o processo de fixação do comércio ambulante no município do Rio de Janeiro (1901–1985)**. 2024. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ), Rio de Janeiro, 2024.

VALVERDE, Mariana. Seeing Like a City: The Dialectic of Modern and Premodern Ways of Seeing in Urban Governance. **Law and Society Review**, v. 45, n. 2, p. 277-312, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5893.2011.00441.x>. Acesso em: 10 dez. 2020.